Políticas Públicas de Redistribuição e Acesso à Cidadania Feminina: Direitos Econômicos e Sociais e emancipação das Mulheres

Public Policies of Redistribution and Access to Women's Citizenship: Economic and Social Rights and Female Emancipation

Mariana Barrêto Nóbrega de Lucena¹

Resumo

As tendências culturalistas do movimento feminista têm relegado o problema da subordinação econômica como questão fundamental na luta pela emancipação das mulheres. Este artigo intenta retomar o combate ao capitalismo como fator fundamental à libertação das mulheres. Este sistema, ao lado do patriarcado e do racismo, compõem três formas de dominação-exploração que impedem a plena cidadania das mulheres. Ao final, será mostrado o exemplo do programa de transferência de renda Bolsa Família e seus impactos na vida das mulheres habitantes dos rincões brasileiros; onde se verá que a questão feminina ultrapassa a necessidade de reconhecimento cultural, mas também requer a redistribuição de bens econômicos.

Palavras-chave: Feminismo; Feminismo socialista; Direitos econômicos e sociais; Bolsa Família.

1 Mestranda em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba; Especialista em Direitos Humanos, Econômicos e Sociais pela Universidade Federal da Paraíba/Escola Superior da Magistratura; Especialista em Ciências Criminais pelo Centro Universitário de João Pessoa/Instituto Brasileiro de Ciências Criminais; Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal da Paraíba.

Abstract

The culturalists trends of the feminist movement have pushed into background the problem of economic subordination as a fundamental issue in the struggle for women's emancipation. This article rescues the fight against capitalism as essential to the liberation of women. This system, along patriarchy and racism, comprise the three forms of domination-exploration that prevent the full citizenship of women. At the end, it will be shown the example of the income transfer program Bolsa Família and its impact on women's lives of the inhabitants corners of Brazil, where it will be possible to see that the women's issue exceeds the need for cultural recognition but also requires the redistribution of economic goods.

Keywords: Feminism; Socialist feminism; Economic and social rights; Bolsa Família.

1. Introdução

De uma forma geral, pode-se definir o feminismo como um movimento social engajado na luta pela melhoria das condições de vida das mulheres e que busca, portanto, eliminar as desvantagens em relação ao status alcançado pelos homens ao longo da história.

No entanto, não é um grupo que compartilha de uma linha de pensamento unívoca. Desde que surge como movimento organizado, a partir da Revolução Francesa, as pautas de reivindicação em torno dos direitos das mulheres passam por uma série de discussões que buscam delimitar as prioridades de luta do movimento. Diversos grupos procuraram definir a origem da opressão ao sexo feminino com o escopo de fundamentar as estratégias de ação de cada linha do movimento.

A primeira expressão do movimento feminista vem com o movimento igualitário de cunho liberal, em que fundamentalmente acreditava que mudanças nos processos de educação e de socialização das mulheres acabariam com a concepção de hierarquia entre os indivíduos. Sendo assim, para essa corrente, o alcance de direitos iguais para homens e mulheres, fariam que estes se tornassem efetivamente iguais na vida.

Com o advento do socialismo científico, surge o feminismo marxista. Tendo por base a crítica ao capitalismo, acreditava que os ideais da Revolução Francesa teriam sido conquistas concedidas apenas à classe burguesa. Influenciado pelo economicismo e pela valorização dos direitos relacionados ao trabalho da teoria marxista, entendia que a causa da subordinação feminina adviria da própria organização econômica, e seu lugar de expressão, portanto, seria a economia e o mundo do trabalho. Sendo assim, a libertação das mulheres se daria com a abolição da propriedade privada e com a transformação da divisão sexual do trabalho.

As tendências marxistas do feminismo passam a perder destaque com o declínio do ideário socialista e com o surgimento do feminismo radical, no final dos anos 1960. Isso porque essa vertente do movimento tinha cunho essencialmente culturalista e colocava a questão da luta

de classes em segundo plano.

Apesar de se entender que a opressão às mulheres ultrapassa a questão econômica, é importante pensar que a opressão de gênero exige a realização de demandas tanto de reconhecimento cultural quanto de redistribuição de renda. Heleieth Saffioti (1967, 1987, 2000) destacou a necessidade de se opor contra a tripla dominação-exploração que atinge as mulheres por meio do patriarcado, do racismo e do capitalismo. Advogava que a realização da verdadeira democracia entre os sexos deveria se dar expurgando essas três expressões da opressão. Para isso, deveria se tratar os três problemas com igual importância.

A pesquisa elaborada por Walquiria Rego e Alexandre Pinzani (2013, 2013a) sobre os benefícios propiciados pelo programa Bolsa Família, sobretudo às mulheres, mostra que as desigualdades econômicas não podem continuar sendo esquecidas pelo movimento feminista, tendo em vista que a distribuição de renda é um importante fator de promoção da autonomia.

Através de um apanhado bibliográfico, este artigo se propôs a pesquisar e mostrar que a luta por direitos de cunho econômico e social deve ser uma importante bandeira do movimento feminista, e que, não se pode pensar em uma igualdade substancial entre os sexos sem que se realizem demandas por reconhecimento cultural e redistribuição de renda.

Para isso, inicialmente será realizada uma recapitulação histórica de algumas das diversas formas de feminismo e suas demandas, onde se tratará especialmente do feminismo socialista descrito por Heleieth Saffioti. Em seguida, será mostrado como se relacionam as três formas de opressão às mulheres perpetradas pelo patriarcado, pelo racismo e pelo capitalismo, bem como a ligação desse raciocínio com a obra da autora Nancy Fraser, que relembra a questão econômica como central para a emancipação feminina. Por fim, a partir das pesquisas de Leão e Pinzani sobre o Bolsa Família e seus reflexos nas mulheres do sertão brasileiro, tentar-se-á evidenciar a articulação existente entre teoria e prática.

2. As Diversas Faces do Movimento Feminista

Antes de começar a discorrer sobre a evolução histórica do pensamento feminista, é importante esclarecer que se trata de um movimento composto por diversas correntes de pensamento. Cada uma à sua maneira procura compreender por que e como as mulheres ocupam uma posição subordinada na sociedade, e, a partir dessa constatação, propõe uma alternativa de solução para esse tipo de opressão.

Consequentemente, tentar classificar o que seria cada uma das correntes feministas se torna uma tarefa complicada, porque além da existência de grupos divergentes, há também correntes ecléticas que misturam elementos de outras diversas. Sendo assim, qualquer classificação que se proponha a delimitar os elementos de cada manifestação do feminismo terá certo caráter arbitrário.

Este artigo optou pela classificação utilizada por Louise Toupin (1998:9) que também é aplicada comumente em outros trabalhos. A autora divide o feminismo em três grandes correntes. Cada uma delas marca determinado período histórico e se desdobra em muitas outras. Seriam o feminismo reformista liberal, o feminismo revolucionário (de origem marxista), e o feminismo radical (de cunho culturalista).

2.1. Evolução histórica do movimento feminista

O feminismo liberal marca o início da luta das mulheres. Surge logo após a Revolução Francesa, e possui, portanto, muita influência dos valores desse momento histórico. A liberdade e a igualdade eram duas de suas principais bandeiras de luta. O liberalismo, então, era a sua filosofia; o capitalismo, sua encarnação econômica (TOUPIN, 1998:11).

Acreditava-se que as diferenças entre homens e mulheres residiam na forma como estas eram educadas e na falta de direitos civis e políticos (RABENHORST, 2010:118). Assim, propunham que o capitalismo apenas precisaria ser aperfeiçoado com algumas reformas que beneficiariam as mulheres, como educação igualitária e inserção na vida pública. O fim da discriminação e a mudança de mentalidades

seriam suficientes para alcançar a emancipação feminina (TOUPIN, 1998:12-14).

Com a ascensão das ideias de crítica socialista, o surgimento de um feminismo marxista despontou. Para o marxismo, os valores da igualdade e da liberdade da Revolução teriam sido conquistas concedidas apenas à burguesia, em detrimento da classe trabalhadora (NYE, 1995:49).

Influenciado pelo economicismo e pela valorização dos direitos relacionados ao trabalho da teoria marxista, o feminismo igualitário marxista que entendia que “a causa da subordinação feminina adviria da própria organização econômica, e seu lugar de expressão, portanto, seria a economia e o mundo do trabalho”. Sendo assim, a libertação das mulheres se daria com a abolição da propriedade privada e com a transformação da divisão sexual do trabalho (RABENHORST, 2010:118).

Tal concepção tem forte influência da obra de Engels, onde explica que seria a aparição da propriedade privada e da sociedade dividida em classes a origem da opressão histórica às mulheres. A necessidade dos homens de transmitir a propriedade por herança e, para isso, ter certeza de sua descendência, fez com que fosse necessária a instituição do casamento monogâmico. Dessa maneira, as mulheres foram colocadas sob o controle de seus maridos, dentro da esfera privada da família e fora da produção social (TOUPIN, 1998:13-14).

O feminismo marxista, no entanto, acabou sofrendo na época com a dificuldade de reconhecimento por parte dos marxistas dito “ortodoxos”, do trabalho doméstico como efetivo trabalho, como também da divisão dos sexos como fato não natural (RABENHORST, 2010:118).

Não bastasse o aparente fracasso do feminismo nos países socialistas, após a década de 1960, a abordagem clássica marxista passa por um processo de crítica e revisão. As grandes narrativas passam a ser rejeitadas; a realidade agora se compreende por meio de fragmentos desconexos. Reduz-se a História a um conjunto de estilos de narrativa e o sujeito se desintegra.

Inicia-se nesse período um novo projeto de sociedade, em que passa a se explorar a diversidade das demandas por direitos, das diversas formas de ativismo e da participação política das organizações (SANTOS, 2011:82). Nesse contexto, novas bandeiras passam a ser levantadas, como as da nacionalidade, raça e sexualidade.

É nessa fase, por volta do final dos anos 1960, que se desenvolve o chamado feminismo radical. “Radical” porque identifica que o patriarcado é a “raiz” da dominação masculina.

Para essa corrente, não seria o sistema econômico que oprimiria as mulheres, mas o sistema social do sexo, o patriarcado. Apesar de ter se repartido em diversas outras correntes, muitas vezes divergentes, todas tinham em comum que a opressão à mulher era a mais fundamental e irreduzível das opressões, atravessando todas as sociedades, as raças e as classes.

Diferiria tanto do feminismo liberal quanto do marxista no campo do pensamento e no de ação. Para elas, o reformismo liberal possuía uma análise muito superficial da discriminação das mulheres e o marxismo seria um tanto reducionista e machista. Este, respectivamente, por reduzir o problema à questão de classes e por negar uma luta autônoma das mulheres.

O capitalismo, para essa corrente, era um problema secundário na questão da opressão à mulher, sendo o patriarcado, o poder dos homens, a questão central. O patriarcado se manifestaria no controle dos corpos femininos, notadamente pelo controle da maternidade e da sexualidade das mulheres. Primeiramente, teria manifestação no espaço da família e no que fosse relacionado à reprodução, e, posteriormente, alcançaria os níveis político, econômico e jurídico.

Para o feminismo radical, a solução se daria, portanto, com o fim do patriarcado e a reapropriação pelas mulheres de seus próprios corpos. Muitas estratégias se dariam também no sentido de implementar uma cultura feminina alternativa, com espaços exclusivos para mulheres, e, algumas tendências chegariam até a trabalhar em torno do separatis-

mo, propondo uma vida entre lésbicas ou uma sociedade de mulheres solteiras, sem participação masculina (TOUPIN, 1998:21-22).

As tendências atuais basicamente misturam influências dessas três correntes de pensamento, e atualmente procuram incluir demandas de diferentes tipos de mulheres, como as negras, as lésbicas e as orientais.

Nancy Fraser observa uma certa predominância das correntes culturalistas nos dias de hoje. Para a autora, tem-se priorizado demandas por reconhecimento das diferenças enquanto se coloca em segundo plano a exploração socioeconômica como também uma injustiça fundamental (FRASER, 2006:231). Tal processo se iniciaria após a década de 1960, como dito anteriormente, e passa a ser reforçado com o colapso do comunismo soviético, que teria posto de forma mais definitiva o paradigma marxista em descrédito.

2.2. Capitalismo, patriarcado e racismo – As lutas do feminismo socialista

Saffioti (2000) lembra que, em 1979, Heidi Hartman teria publicado um trabalho em que afirmava que as categorias marxistas eram *sex-blind*, ou seja, não conseguiam explicar especificamente as questões relacionadas aos sexos. Logo essa denúncia passou a ser difundida dentre os estudiosos antimarxistas, ou dentre os próprios simpatizantes de Marx, “incapazes de reformular conceitos antigos e/ou formular novos”.

Não só Marx, como diversos outros estudiosos, não evidenciaram o problema da mulher ou o explicaram de um ponto de vista misógino, como Freud, por exemplo. No entanto as categorias freudianas não são tão questionadas quanto às marxianas. Saffioti acredita que essa escolha é ideológica, pois esse fato não nega o socialismo científico, podendo ter suas bases mantidas. O papel de qualquer cientista é fazer avançar a ciência reformulando velhos conceitos ou formulando novos.

Para Saffioti, para que se avance nos estudos sobre como alcançar a igualdade social, seria interessante pôr no mesmo nível as discussões

de gênero, raça/etnia e classe social (SAFFIOTI, 2000:72-75). Essa é a proposta do feminismo socialista, a qual a autora é adepta. Tal corrente procura lidar simultaneamente com todas as contradições básicas da sociedade regida pelo patriarcado-racismo-capitalismo. Em sua teoria ela procura não privilegiar um antagonismo em detrimento do outro, pois a História já teria mostrado inadequada essa estratégia.

Saffioti tenta solucionar aquilo que ela diz ser uma falha da esquerda, que é privilegiar a luta apenas em torno das classes sociais. Muitos acreditavam que com a socialização dos meios de produção, abolindo as classes sociais e a propriedade privada, seria possível alcançar sem grande esforço a igualdade racial e de gênero.

O que se pensava é que a luta pela igualdade de gênero e raça eram lutas secundárias e que a luta de classes era uma luta maior, que beneficiaria um maior número de pessoas, sendo o racismo apenas algo que diz respeito apenas aos negros e a supremacia masculina apenas às mulheres.

No entanto, as sociedades que implementaram o socialismo não conseguiram alcançar as democracias racial e sexual. Não se via que o racismo e o patriarcado eram estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais no mesmo sentido de dominação e exploração. Alguns líderes achavam que preconceitos milenares como o racial e o sexual requereriam séculos para seres extirpados.

As análises dos textos marxistas clássicos sobre a questão feminina, para Saffioti, eram extremamente pobres e não utilizavam corretamente o método dialético na análise da questão feminina. Imbuídos da ideologia machista, que predominava na sociedade europeia do século XIX, acreditavam que a subordinação da mulher era dependente apenas da questão de classes (SAFFIOTI, 1987:88-115).

A preocupação de Saffioti quanto a não redução à questão de classes se reverteu com o predomínio das teorias culturalistas. Estas passaram a colocar a superação do capitalismo em segundo plano, e muitas até esqueceram a questão de classes como também uma injustiça funda-

mental. Este texto tentará mostrar que se deve retomar a questão da luta de classes como uma bandeira primeira dos movimentos feministas, ao lado da luta contra o patriarcado e o racismo.

3. As Três Formas de Dominação-Exploração

Saffioti alerta que não é a propriedade em si que constitui a fonte de inferiorização da mulher na sociedade. As relações entre homem e mulher não são da mesma natureza que a das classes sociais. Na verdade, os critérios biológicos e raciais se têm aproveitado da estrutura classista da sociedade competitiva, servindo aos interesses daqueles que detêm o poder econômico.

As classes sociais, por serem totalidades parciais, possuem autonomia para se reproduzir e manter a sua perpetuação física, sendo a relação entre os sexos complementar a essa reprodução.

O sexo e outros fatores de ordem natural, então, “servem muito mais para encobrir o antagonismo entre as classes do que para aguçá-lo”. Quando se há, portanto, um domínio exercido sobre várias categorias sociais que se cruzam, as contradições mais agudas podem ser ocultadas momentaneamente (SAFFIOTI, 1967:87-88).

Para Saffioti, a supremacia masculina perpassa três formas de dominação-exploração, a patriarcal, a econômica e a racial. Sendo assim, na ordem dos oprimidos a última posição é ocupada por mulheres negras e pobres.

Ainda que uma mulher, em decorrência de sua riqueza, tenha o domínio de homens e mulheres, sujeita-se ao jugo de um homem, seja seu pai ou companheiro. Homens subjugados no ambiente do trabalho por uma ou mais mulheres, no entanto, possuem poder sobre outras mulheres em suas relações amorosas.

Dessa forma, na maioria das vezes, a mulher é subordinada ao homem, e esta dominação está presente nas classes dominantes e subalternas, nas populações brancas e não brancas.

A existência de categorias sociais discriminadas acaba se adequando convenientemente aos interesses capitalistas, pois, quanto mais marginalizada uma categoria social, mais facilmente ela se submeterá a más condições de trabalho e baixos salários.

Nas camadas privilegiadas existe uma identidade dos interesses econômicos entre homens e mulheres. Ainda que as mulheres tenham mais dificuldades em alcançar certos privilégios, a participação feminina em algumas atividades não ameaça o interesse da família burguesa de ampliar a sua própria riqueza.

Por outro lado, nas camadas trabalhadoras, a luta pela sobrevivência atrasa o processo de construção de solidariedade entre os sexos. Isso porque, com a ideologia machista impetrada pela burguesia, dia a dia se legitima a dominação da mulher pelo homem e o trabalhador não chega espontaneamente à consciência de que paga um alto preço para manter o seu poder de mando sobre a mulher. Um exemplo disso é o fato de muitos homens não aceitarem que suas companheiras, parentas consanguíneas e afins recebam remunerações mais altas que eles. Isso o prejudica, pois diminui a renda de sua família, e é conveniente para as classes patronais que se sentem mais confortáveis em pagar baixos salários para suas empregadas mulheres (SAFFIOTI, 1987:16-23).

Os homens da classe dominada funcionam, pois, como mediadores no processo de marginalização das mulheres de sua mesma classe da estrutura ocupacional, facilitando a realização dos interesses daqueles que a estrutura de determinação genérica sexo opera como uma cunha no processo de formação da consciência histórica dos homens e das mulheres na medida em que sofram ambos os efeitos da mística feminina. (SAFFIOTI, 1967:89).

Outro aspecto que convém ao capitalismo, é que as atividades mais precarizadas e muitas vezes do mercado informal do trabalho, são as atividades tipicamente exercidas por mulheres. São aqueles setores que os capitalistas não tiveram interesse de explorar, por não renderem altos lucros. Assim, quase todo o setor do emprego doméstico

está ocupado por mulheres, geralmente à margem dos benefícios da legislação trabalhista (SAFFIOTI, 1987:49).

Saffioti alerta que a situação da pobreza para a mulher é ainda mais problemática. A insuficiência de creches públicas impede a plena participação da mulher no mercado trabalho. E mesmo que a indústria moderna tenha criado facilidades para os trabalhos domésticos, como alimentação quase pronta e eletrodomésticos, tais benesses não são acessíveis para todas as pessoas.

Assim, ainda que existam múltiplas opressões perpetradas sobre as mulheres, e a emancipação econômica não seja suficiente para libertá-las, esta é ainda condição *sine qua non* para sua libertação integral (SAFFIOTI, 1967:90-93).

Nancy Fraser reforça a necessidade de se lutar tanto por questões de reconhecimento cultural, como de redistribuição de renda. Ela expõe que as atuais lutas que focam nas questões culturais não estão a objetivar complementar ou aprofundar as lutas pela redistribuição igualitária. O que é uma perda trágica, porque se passaria de um economicismo truncado para um culturalismo igualmente truncado (FRASER, 2002:9).

A autora afirma, então, que a busca da justiça hoje exige tanto redistribuição quanto reconhecimento. As políticas de redistribuição atacariam as injustiças econômicas, que se radicam na estrutura econômico-política da sociedade. As políticas de reconhecimento atacariam as injustiças culturais ou simbólicas, tais como a dominação cultural, o ocultamento e o desrespeito a diferentes formas de representação cultural.

Assim, com o que ela chamou de “redistribuição”, buscar-se-ia uma reestruturação político-econômica, que pautaria a redistribuição de renda, a reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas. Com o “reconhecimento”, buscar-se-ia revalorizar as identidades desrespeitadas e os produtos culturais dos grupos difamados

(FRASER, 2006:231-232). Deve-se ter, portanto, uma *concepção bidimensional de justiça* (FRASER, 2002:11).

O que acontece é que há um conflito entre focar simultaneamente em políticas de redistribuição e reconhecimento. As lutas por reconhecimento, que predominam atualmente, procuram afirmar a presumida especificidade de algum grupo, valorizando e promovendo a diferenciação deste. Em contraste, as lutas por redistribuição, buscam abolir as diferenças, almejando a destruição dos arranjos econômicos que embasam a especificidade do grupo. Vemos então, que estas políticas se apresentam com objetivos mutuamente contraditórios. Assim, esses dois tipos de lutas se encontram em tensão, um interferindo no outro, ou até mesmo agindo contra o outro.

No caso da discussão de gênero especificamente, encontramos uma coletividade bivalente que abarca tanto dimensões econômicas quanto dimensões culturais-valorativas. Necessita, desse modo, de políticas redistributivas que dissolvam as diferenciações de gênero, ao mesmo tempo de políticas de reconhecimento dessa coletividade desprezada. Deparamo-nos, então, com o conflito entre diferença e igualdade (FRASER, 2006:233-234). Como solucionar esse conflito?

Nancy Fraser indica que para corrigir as injustiças nesse dilema redistribuição-reconhecimento, impedindo a substituição de uma reivindicação por outra é preciso um único princípio normativo que inclua ambas as demandas. A autora propõe então, o princípio da *paridade de participação*, “segundo o qual a justiça requer arranjos sociais que permitam a todos os membros (adultos) da sociedade interagir entre si como *pares*”.

Com esse princípio, deve haver uma distribuição de recursos materiais que permita a independência e “voz” dos participantes. Com esta condição suprimida, seria possível impedir a existência de subordinações econômicas, que limitariam a paridade de participação. O segundo passo requer a exclusão de padrões institucionalizados que depreciem categorias de pessoas e características a elas associadas, de forma a exprimir igual respeito a todos os participantes, dando iguais oportu-

nidades para alcançar a consideração social (FRASER, 2002:13-33).

É possível constatar, portanto, que essa viragem no foco das contestações dos novos movimentos sociais é conveniente para o atual contexto neoliberal, que deseja acima de tudo reprimir a memória do igualitarismo socialista. No entanto, é preciso resgatar algumas dessas ideias para que se alcance verdadeiramente a justiça social e a cidadania.

4. Bolsa Família e Acesso à Cidadania das Mulheres

A pesquisa realizada por Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani sobre o Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal brasileiro, mostrou como a emancipação econômica é um importante passo para o alcance da cidadania das mulheres.

Realizada entre 2006 e 2011, foram feitas entrevistas abertas com dezenas de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família do Vale do Jequitinhonha e do sertão e litoral nordestino, a fim de saber que possíveis mudanças morais e políticas poderiam ter ocorrido nas mulheres beneficiárias do Programa.

Escolhidas em estados de pobreza extrema, que habitam as regiões mais abandonadas do Estado Nacional, os pesquisadores queriam saber o que havia mudado na vida daquelas mulheres após a entrada em vigor do Programa.

Como será visto, os resultados evidenciam que a distribuição de recursos monetários pode propiciar potencialidades liberatórias substanciais.

Dentre algumas mulheres do sertão de Alagoas, por exemplo, uma delas alegou que conseguiu se separar do marido que a maltratava muito em razão do início de uma independência econômica.

Tal liberação da opressão do casamento ainda é muito difícil nessas regiões mais pobres do Brasil. As mulheres sofrem rígidos controles das figuras de sua família, muitas estando submetidas ao controle do sogro, da sogra, além do marido e do pai.

A pesquisa mostrou que políticas públicas, mesmo que compensatórias portam consigo um embrião de formação de cidadãs e cidadãos em sentido substantivo, devido às dimensões morais e éticas inerentes às dotações monetárias concedidas pelo Estado.

Obviamente que o valor baixo do benefício não retirou a condição de pessoas pobres daquelas mulheres e famílias, mas elas sentem a diferença em diversas dimensões de seus cotidianos (REGO, 2010: 141-155; REGO & PINZANI, 2013: 21-42; REGO & PINZANI, 2013a).

Primeiro, a aprovação do cartão em seu nome dota-as de responsabilidade perante sua família e o Estado. Segundo, sentem que a vida se torna diversa com o recebimento de uma renda regular – de modo geral, elas desconheciam a experiência da regularidade. Isto traz para suas vidas várias modificações, inclusive aquela de aprender a lidar com o dinheiro para programar o sustento da família durante o mês inteiro. Outro fato que as leva a considerar positivamente a bolsa é ter conseguido conquistar a confiança dos comerciantes e das pessoas da localidade. Ser uma pessoa confiável é um valor importante, nestas paragens. Por outro lado, ser objeto de desconfiança, sobretudo para as mulheres, implica sentimentos muito negativos, além de grande sofrimento pessoal, pois impõem muita vergonha e humilhação. (REGO; PINZANI, 2013: 21-26).

Assim, pode-se ver que no caso das mulheres, sua libertação da miséria e do controle masculino familiar torna possível uma programação da própria vida e de autonomia. Para essas mulheres, uma renda fixa permitiu que elas exercitassem o direito de escolha, que vão desde a escolha dos alimentos a uma roupa ou creme de cabelo, mas também como escolhas de ordem moral, como mostrado há pouco.

Essa pesquisa é bastante esclarecedora para se perceber o que foi dito ao longo deste trabalho. Obviamente que uma política meramente compensatória não será suficiente para se conceder a dignidade que necessita homens e mulheres deste país. No entanto, foi mostrado

que com uma pequena quantia em dinheiro, a vida de muitas pessoas, sobretudo das mulheres, pode ser mudada substancialmente. Isso deixa evidente, o quanto a questão econômica é essencial para a conquista da cidadania feminina; e que, muito mais pode ser feito com a superação da sociedade dividida em classes.

Conclusão

Este artigo teve por intuito evidenciar a luta contra o capitalismo como fator essencial para pensar a questão da emancipação da mulher e sua conquista pela cidadania.

Tal proposta, como mostrado ao longo do texto, foi inicialmente pensada pelas feministas marxistas. No entanto, com o declínio do comunismo e com a ascensão das ideias feministas de cunho culturalista, o ideário que buscava combater as opressões do capital passou a perder espaço.

Dado esse problema, tentou-se resgatar a teoria da socióloga feminista Heleith Saffioti, reforçada por Nancy Fraser. As autoras mostram que a questão da mulher além de sofrer influências de questões culturais, como o patriarcado e o racismo, também possuem caráter econômico. Recuperam, portanto, a bandeira do feminismo marxista, sem negar as históricas opressões culturais.

Para Nancy Fraser, dado que a questão de gênero é um problema que envolve tanto aspectos de desrespeito cultural como de desigualdade material. Necessitaria, portanto, tanto de políticas de reconhecimento como de redistribuição, devendo-se dessa forma ter uma concepção bidimensional de justiça.

Para a realização disso, ela propõe a necessidade da aplicação de um princípio normativo que incluiria ambas as demandas: o princípio da paridade de participação. Este se realizaria em dois momentos. Primeiro, deveria ser permitir a distribuições de recursos materiais a todas as pessoas, para que assim fosse possível a independência e a “voz” dos participantes. Segundo, deveria se excluir os padrões institucio-

nalizados que depreciem categorias de pessoas e características a elas associadas, de forma a exprimir igual respeito a todos os participantes, dando iguais oportunidades para alcançar a consideração social.

A pesquisa feita por Walquiria Leão e Alessandro Pinzani põe em prática exatamente a proposta da filósofa americana. Mostra como uma iniciativa de política pública de redistribuição de renda como o Bolsa Família, que privilegia a administração do benefício às mulheres, possui impactos liberatórios tanto no âmbito privado, como na esfera pública. São impactos que atingem não só o plano econômico, como o plano moral. Ocorre a conquista de certa autonomia, e a “voz” dessas participantes passa a ser ouvida a partir do momento que podem participar da vida comunitária.

Essa iniciativa, ainda que insuficiente para a maioria das pessoas beneficiárias (atualmente entre 32 e 306 reais), mostra como uma pequena inversão na lógica do capital pode trazer impactos profundos na vida das mulheres, além na de todas as pessoas que compõem o seu entorno familiar. Fica claro que incluir demandas que proponham o combate à sociedade dividida em classes é essencial para que as mulheres possam alcançar de uma vez por todas a liberdade de que precisam. E, juntamente com o combate ao patriarcado e ao racismo, tornarão possível o alcance das idealizadas categorias dos direitos humanos: os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Referências Bibliográficas

FRASER, Nancy. A Justiça Social na Globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Trad. Teresa Tavares. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, out. 2002.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. In: *Cadernos de Campo*, n. 14/15, ano 15, 2006.

NYE, Andrea. *Teoria Feminista e as filosofias do homem*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Feminismo e Direito. In: *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Direito*, v. 1, n. 1. João Pessoa: UFPB, 2010, pp. 113-131.

REGO, Walquiria Leão. Política de cidadania no governo Lula. Ações de transferência estatal de renda: o caso do Programa Bolsa Família. In: *Temas y Debates*, n. 20, out. 2010, pp. 141-155.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso da Bolsa Família. In: *Revista Política e Trabalho*, n. 38, abril 2013, pp. 21-42.

_____. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013a.

SAFFIOTI, Heleieth. A questão da mulher na perspectiva socialista. In: *Lutas Sociais*, n. 27, 1967, São Paulo.

_____. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? In: *Crítica Marxista*, n. 11. São Paulo: Boitempo, 2000.

SANTOS, Jucélia Bispo dos. Novos movimentos sociais: feminismo e a luta pela igualdade de gênero. In: *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, no 9, fev 2011.

TOUPIN, Louise. *Les courants de la pensée féministe*. 1998. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/toupin_louise/courants_pensee_feministe/courants_pensee.htm>. Acesso em: 18 ago. 2013.

Recebido em 17/10/2013
Aprovado em 09/04/2014